

Energia elétrica Alteração de última hora

Sob pressão, governo muda MP da conta de luz

Políticos de MG e do Nordeste foram contrários ao uso de fundos regionais para redução do reajuste tarifário no Amapá

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
BRASILIA

Em uma mudança de última hora, o governo alterou ontem a medida provisória da conta de luz, que busca reduzir o preço da energia elétrica no curto prazo. O objetivo da mudança foi atender a pleitos de governadores e senadores do Nordeste e de Minas Gerais – esses últimos liderados pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Os dois grupos se colocaram de forma contrária à destinação de verbas de fundos regionais, abastecidos pela Eletrobras, para a redução do reajuste tarifário no Estado do Amapá, ação que também consta da MP. O cerne do texto é a antecipação de pagamentos da privatização

da Eletrobras com vistas a amenizar o reajuste tarifário em todo o País, mas de forma mais intensa no Amapá – que teve previsão de aumento de 44%.

“Nós estamos com um problema sério: tarifa de energia. E o presidente Lula quer buscar soluções e quer encerrar o problema”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, após a assinatura da MP.

Em relação ao Amapá, a versão original da MP previa o uso dos recursos de três fundos para amenizar o reajuste de dois dígitos: um ligado às usinas hidrelétricas de Furnas, localizadas em Minas Gerais; outro para a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, que cortam a região Nordeste; e um terceiro voltado à Amazônia Legal.

Diante das reclamações dos dois grupos, o governo alterou a redação e previu que apenas o fundo da Amazônia Legal será destinado a esse fim. Atualmente, essa conta possui R\$ 428,1 milhões, fruto de dois aportes realizados pela Eletrobras em 2023 e 2024. Outros oito depósitos, no valor de R\$ 295 mi-

Valores

3,5% a 5% é a estimativa de corte na conta de energia, segundo o ministro Alexandre Silveira

lhões, ainda serão feitos pela empresa – privatizada na gestão de Jair Bolsonaro.

O Estadão apurou que, com essa antecipação, o reajuste no Amapá cairá de 44% para 9%. O Amapá é o Estado natal do senador Davi Alcolumbre (União), aliado de Silveira e de Pacheco, a quem deve suceder na presidência do Senado.

REAÇÃO. A mudança no texto irritou parlamentares da região Norte. O relator do projeto de lei que autorizou a privatização da Eletrobras e líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), criticou a iniciativa. “Vamos reunir a bancada do Amazonas para discutir como nos posicionar sobre essa MP.”

Ele também fez críticas a ou-

tra antecipação de recursos da Eletrobras, que serão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). “(Antecipar) outorga pode ser uma solução estrutural, desde que seja com objetivo de reduzir os custos estruturais.”

Pela MP, R\$ 32 bilhões serão destinados pela empresa à CDE, em 25 anos, para atenuar reajustes tarifários em todo o País. Desse total, R\$ 26 bilhões ainda estão pendentes de pagamento e serão antecipados. Mas isso não terá impacto no balanço da Eletrobras, uma vez que se trata de operação financeira (securitização) de venda de recebíveis futuros.

O objetivo é liquidar dois empréstimos bilionários contratados pelas distribuidoras ao longo dos últimos anos: a “conta covid” (feito em 2020) e a “conta escassez hídrica” (de 2022).

A quitação, segundo o governo, reduziria ou até zeraria o impacto dos reajustes tarifários previstos para este ano – que devem ficar, em média, em 4,67%, segundo estimativa da TRSoluções, empresa de tecno-

logia especializada em tarifas de energia. De acordo com Silveira, a redução potencial nas contas será entre 3,5% e 5%.

Apesar de buscar reduzir a conta de luz no curto prazo, a MP também prorroga subsídios que oneram o consumidor final. O texto estende por 36 meses o prazo para entrada em operação de projetos de fontes renováveis que contam com descontos nas tarifas de transmissão (Tust) e distribuição (Tusd).

Cenário

A prorrogação de subsídios para projetos de energia renovável vai encarecer a conta a médio prazo

A Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, estimou um impacto de R\$ 4,5 bilhões ao ano com a prorrogação do benefício. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os subsídios representam, atualmente, 13,1% da tarifa dos consumidores residenciais. ●

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS
ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO



CONTEÚDO
RELEVANTE
DE SEGUNDA
A SEGUNDA

Há 149 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA
DO IMPRESSO
+2,2M DE
LEITORES



CIRCULAÇÃO
NACIONAL
209.132 EXEMPLARES
(IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM
34M VISITANTES
ÚNICOS



LÍDERES
E FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O ESTADÃO
DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO

ESTADÃO RI

ELABORADO
107/3

ESTADÃO
BLUE STUDIO

AGÊNCIA
ESTADÃO

broadcast

FONTES: IVC | PORTAL | GOOGLE ANALYTICS MON/22

IMPRESSO E DIGITAL
ESTADÃO.COM
+55 11 3856-2442
CONTATO E VENDAS

pressreader